

Dissidentes do PFL vetam engajamento

O manifesto dos dissidentes do PFL, divulgado ontem, tem um tom moderado, com poucas críticas ao Governo. Não há nenhuma referência específica ao presidente José Sarney, embora denuncie "o clima de pessimismo, descrença e desencanto que se abatem sobre a Nação, vítima do mero jogo do poder".

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), que lidera a corrente dos dissidentes, pela qual disputará a reeleição, acentuou que o objetivo do movimento é devolver o PFL às suas origens, caracterizando, em termos políticos, uma independência em relação ao Governo.

Acentuam os dissidentes que "a Nação está perplexa porque o Governo não tem um programa. O povo está atônito porque percebe que o País não tem um rumo". Com isso, acham que chegou o momento de oferecer um ideário baseado no liberalismo moderno.

A convenção, que desejam para logo após a promulgação da nova Constituição, servirá para escolha entre "a sintonia com a sociedade e não o mero engajamento com o Governo, a atuação política como força modernizadora do Estado brasileiro e jamais o conformismo ditado pelos interesses ocasionais". Não interessa ao grupo "a dubiedade de ser governo sem governar segundo os anseios do povo e de ser partido sem dizer a que vemos".% "Não se podem — afirma o manifesto — perpetuar práticas político-administrativas que, nos últimos 60 anos, deram ao Brasil seis constituições, cinco moedas e apenas quatro presidentes eleitos pelo voto popular, o último dos quais há quase 30 anos".

A definição liberal da corrente liderada por Marco Maciel ficou bem expressa no seguinte texto: "É indispensável condenar a tutela do Estado sobre a sociedade e denunciar a falência das receitas estatizantes, geradas por políticas paternalistas. Temos de decidir se vamos insistir no equívoco do capitalismo de estado ou se vamos abrir espaço à iniciativa criadora dos cidadãos".

Depois de ressaltarem que o PFL deve optar por ser um Partido antes de ser Governo, os dissidentes proclamam: "Não haverá neste País democracia sem voto e o voto não será eficaz sem legitimidade da representação política. O fortalecimento institucional, a estabilidade política e a justiça social, acima das conveniências pessoais e dos sectarismos ideológicos, devem ser as nossas preocupações fundamentais.